Produção Orgânica em São Paulo: Panorama atual e caminhos para o fortalecimento do setor

Autor(res)

Danielle Gobatto
Yuri Jivago Maman
José Francisco Dos Reis Neto
Denise Renata Pedrinho
Bianca Obes Correa

Categoria do Trabalho

2

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

A agricultura orgânica deixou de ser vista apenas como uma prática alternativa para se consolidar como atividade produtiva legalmente regulamentada e socialmente relevante. No Brasil, essa transição foi impulsionada por leis específicas, como a Lei nº 10.831/2003 (BRASIL, 2003), e por uma demanda crescente por alimentos saudáveis e sustentáveis.
Apesar do aumento do consumo, o estado de São Paulo apresentou, entre 2020 e 2025, uma redução de 23% no número de produtores orgânicos cadastrados. Essa retração ocorreu em paralelo ao avanço das certificações participativas (SPG-OPAC), que, mesmo diante de adversidades como a pandemia de COVID-19, indicam reorganização produtiva em redes locais.
No município de São Paulo, a produção está concentrada no extremo sul, enquanto a comercialização ocorre nas regiões centrais, revelando descompassos logísticos. Nesse contexto, a análise territorial, institucional e política da agricultura orgânica é essencial para subsidiar ações públicas.

Objetivo

Analisar o panorama da agricultura orgânica no estado de São Paulo (entre 2020 e 2025) e no município de São Paulo, com base em dados oficiais e documentos públicos.
Identificar a distribuição espacial dos produtores, os tipos de certificação utilizados e avaliar o papel das políticas públicas estaduais e municipais para o fomento e fortalecimento do setor.

Material e Métodos

O estudo adotou abordagem qualitativa, com pesquisa documental baseada em dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) de março de 2025 (MAPA, 2025), da plataforma Sampa+Rural (PMSP, 2025) e de documentos oficiais como o PLEAPO (SÃO PAULO, 2023) e o Plano Rural Municipal (PMSP, 2023).
Os dados estaduais foram organizados conforme as 15 mesorregiões definidas pelo IBGE, permitindo comparação com dados do ano de 2020 (Brito et al, 2023). Para análise municipal, foram utilizados os 33 distritos

administrativos da cidade de São Paulo.
A sistematização foi realizada por meio de planilhas dinâmicas no Excel™. A análise espacial e geração de mapas temáticos ocorreram com o uso dos softwares ArcMap™ e QGIS™.
Destacam-se negativamente a discrepância entre as bases CNPO e Sampa+Rural, fato que limitou a visibilidade de parte dos produtores, e ausência de dados atualizados do Censo Agropecuário, cuja última versão é do ano de 2017, com atualização prevista para o ano de 2027.

Resultados e Discussão

Entre 2020 e 2025, houve redução de 23% no número de produtores orgânicos no estado de São Paulo, totalizando 1.556 unidades. As regiões com maior concentração foram Macro Metropolitana, Metropolitana, Itapetininga, Ribeirão Preto e Campinas. Houve queda nas certificações por auditoria e OCS, enquanto a SPG-OPAC cresceu cerca de 9%, indicando reorganização local.
No município de São Paulo, 91 unidades foram registradas, sendo 82% com certificação por auditoria, 12% por SPG-OPAC e 6% por OCS. A produção orgânica municipal está concentrada no extremo sul (distritos de Parelheiros, Grajaú e Marsilac), enquanto as feiras ocorrem em regiões centrais e de maior poder aquisitivo, como Pinheiros e Vila Mariana.
Em relação às políticas públicas, o PLEAPO, no âmbito estadual e o Plano Rural Municipal apresentam soluções para a atividade orgânica, com fomento econômico, linhas de crédito, treinamento para agricultores e extensionistas rurais.

Conclusão

Apesar da retração de 23% no número de produtores orgânicos no estado de São Paulo (2020 a 2025), observam-se sinais de reorganização por meio do avanço da certificação participativa.
Já no município de São Paulo a concentração da produção em áreas periféricas e a comercialização em regiões centrais revelam desafios logísticos.
A integração de bases de dados e o fortalecimento das políticas públicas são fundamentais para a retomada do setor.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

BRASIL. Lei nº 10.831.. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2003.
PMSP. Sampa+Rural. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, 2025. Disponível em: https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/.
PMSP. Decreto nº 62.610, de 28 de julho de 2023. Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – Plano Rural. São Paulo, SP, 28 jul. 2023. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/plano%20rural%20final.pdf.
MAPA. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – CNPO. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-de-produtores-organicos.
SÃO PAULO. Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PLEAPO: 2023–2027. São Paulo: SAA,

2023. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/plano-estadual-pleapo-2023.pdf.